

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.828 - RJ (2019/0037261-1)

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : JOSE CARLOS CABRAL TEIXEIRA
AGRAVADO : LUIZ PEREIRA NETO
AGRAVADO : CLAUDIA PEREIRA DA SILVEIRA BULCAO
ADVOGADO : LUCIMAR DO ROSARIO SOARES - RJ090559

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

HONORÁRIOS. ART. 85 §3º DO CPC E ART. 20, §4º do CPC/73. DIREITO INTERTEMPORAL.

1- Trata-se de RECURSO DE APELAÇÃO interposto pela União/Fazenda Nacional em face de sentença proferida em embargos à execução por ela opostos, impugnando a execução movida por José Carlos Cabral Teixeira e Outros.

2- A sentença recorrida julgou procedentes os embargos, para reconhecer que houve excesso dos cálculos da correção monetária e fixar o valor devido em R\$ 70.992,61 (setenta mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos) e condenou os recorridos em honorários no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Em suas razões, a apelante alega, em síntese, que não é mais possível a aplicação do art. 20, § 4º do CPC/73 como parâmetro para fixação de honorários advocatícios, mas sim o art. 85 do atual CPC. O art. 1046, §1º do CPC não se aplicaria às regras processuais atinentes aos honorários, pois os ônus sucumbenciais seriam independentes do procedimento adotado nos autos. Além disso, seria imprópria a comparação entre os embargos à execução contra a Fazenda Pública, regulados no art. 910 ss. do CPC, e os procedimentos especiais que não possuem correspondente no novo código, tal como o procedimento sumário.

3- O atual Código de Processo Civil, como todo conjunto de regras jurídicas, deve ser interpretado de acordo com os princípios que o regem, entre eles o princípio de vedação a decisões surpresa. Esse postulado, que orientou a redação de diversos artigos do Código (eg. artigos 9º e 10; art. 493 parágrafo único; art. 933), deriva do próprio contraditório e da ampla defesa, uma vez que visa evitar que a parte seja surpreendida por decisão baseada em fato sobre o qual não lhe foi dada a oportunidade de se manifestar.

4- Dispõe o art. 1046, §1º do CPC que as disposições do CPC/73 relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência do novo código. Seguindo a mesma lógica, tem-se que a regra aplicável à fixação dos honorários é aquela vigente à época do ajuizamento da ação. Isso se justifica ao considerar que a parte realiza uma avaliação econômica antes da propositura da demanda, de acordo com a sua capacidade de arcar com honorários. A mudança da regra no curso do processo implicaria em violação ao princípio de não surpresa, podendo trazer prejuízo ao autor da

ação.

5- Como o código entrou em vigor em 18.03.2016 e a ação foi ajuizada antes dessa data, em 19.02.2013, conclui-se que os honorários foram fixados devidamente no 1º grau.

6- Apelação a que se nega provimento.

Na origem, trata-se de embargos à execução propostos pela União. O valor da causa, em fevereiro de 2013, era de R\$ 95.336,13 (noventa e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e treze centavos).

Em sede de sentença, o juízo de piso julgou procedentes os embargos em virtude do excesso de execução. Na ocasião, condenou os embargados ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 20 § 4º do CPC/1973.

O tribunal *a quo* manteve a sentença, afirmando que *"a regra aplicável à fixação dos honorários é aquela vigente à época do ajuizamento da ação. (...) Como o código entrou em vigor em 18.03.2016 e a ação foi ajuizada antes dessa data, em 19.02.2013, conclui-se que os honorários foram fixados devidamente no 1º grau"*.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 85, §3º, I e 1.211, ambos do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que os artigos do CPC/2015 que tratam dos honorários advocatícios são aplicáveis a todas as espécies de ação judicial, não importando se o feito segue o rito ordinário ou outro qualquer, inclusive aquele relativo aos embargos à execução, seja ela fundada em título judicial ou extrajudicial e movida contra a Fazenda Pública ou não. Por tal motivo, pleiteia a fixação dos honorários de sucumbência nos moldes do disposto no art. 85, § 3º do CPC/2015 e não no art. 20 do CPC/73.

O recurso especial foi inadmitido com base no óbice da Súmula 7/STJ.

No presente agravo, a recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que a fixação dos honorários sucumbenciais deve obedecer a legislação processual civil vigente à época em que foi proferida a primeira decisão que estabeleceu a verba honorária, seja na sentença do juízo monocrático, seja no acórdão do Tribunal de origem, sendo indiferente a data do ajuizamento da

ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. GDPST. OFENSA AOS ARTS. 1022, II, 489, § 1º, DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. IRREDUTIBILIDADE NOMINAL DE PROVENTOS. VIOLAÇÃO AO ART. 41, § 3º, DA LEI Nº 8.112/90. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. OFENSA AO ART. 85, § 3º, DO CPC/2015. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DO REGIME JURÍDICO PREVISTO NO ART. 85 DO CPC/2015. PRECEDENTES. REVISÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No que tange a suposta ofensa aos arts. 1022, II, e 489, § 1º, ambos do CPC/2015, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício, quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte. Ademais, o magistrado não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses invocadas, bastando que decida de forma motivada a questão. No presente caso, a questão da irredutibilidade nominal de vencimentos foi expressamente enfrentada pelo Tribunal de origem quando do julgamento do recurso de apelação, inexistindo a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. De igual modo, não há contradição em afastar a negativa de prestação jurisdicional e reconhecer a ausência de prequestionamento quando o Tribunal de origem não decide a matéria à luz do dispositivo invocado nas razões do recurso especial, como ocorreu na espécie, uma vez que a questão da irredutibilidade de vencimentos foi enfrentada com enfoque constitucional, nada tendo sido mencionando sobre o art. 41, § 3º, da Lei nº 8.112/90.

3. Em relação a alegada ofensa ao art. 41, § 3º, da Lei nº 8.112/90, por impossibilidade de redução nominal dos proventos, verifica-se que a matéria não foi apreciada pelo Tribunal de origem sob o enfoque infraconstitucional pretendido, carecendo a questão do indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência, por analogia, dos óbices previstos na Súmula nº 282/STF e na Súmula nº 356/STF.

4. Quanto ao dissídio jurisprudencial, a interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional está condicionada ao preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 1029, § 1º, do CPC/2015, e no art. 255, § 1º, do RISTJ. In casu, a agravante limitou-se a transcrever a ementa do acórdão paradigma, proferido pelo Tribunal Regional da 5ª Região nos autos da Apelação/Reexame necessário nº 558.390/CE, sem realizar, contudo, o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o julgado mencionado, mediante a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos confrontados, o que impede o conhecimento do recurso pelo dissídio. Ademais, não há similitude fática e jurídica entre os julgados, tendo em vista que o acórdão do Tribunal Regional da 5ª Região, apontado como paradigma, tratou da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), gratificação diversa do presente caso (GDPST), sem

apreciar a questão da irredutibilidade nominal dos proventos com base no art. 41, § 3º, da Lei nº 8.112/90, dispositivo apontado pela recorrente para fundamentar a suposta divergência, neste ponto.

5. A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a sentença é o marco temporal para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios. Assim, indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes, a lei aplicável para a fixação da verba honorária é aquela vigente na data da sentença que a impõe (ou da primeira decisão que trata da verba honorária, caso seja acórdão). Precedentes.

6. Quanto ao pedido de majoração da verba honorária, o entendimento deste Tribunal Superior é no sentido de que, salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, ante o óbice previsto na Súmula nº 7/STJ. No presente caso, os honorários de sucumbência foram fixados pelo Tribunal de origem de acordo com os critérios previstas no art. 20, § 3º, do CPC/1973, especialmente diante da natureza repetitiva da lide, não se mostrando irrisória a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) arbitrada.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1656736/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que confirmou o julgamento monocrático de não conhecimento do recurso especial pela incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - No recurso especial, a parte recorrente requer a reforma do acórdão regional para que sejam aplicados os critérios estabelecidos no art. 85 do CPC/2015 na fixação da verba honorária.

III - O acórdão regional está em conformidade com a jurisprudência do STJ, no sentido de que a legislação aplicável na fixação dos honorários advocatícios é aquela vigente no momento da publicação da sentença ou do acórdão que fixa sucumbência. Precedentes: REsp 1.672.406/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 13/9/2017; REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016; AgInt no REsp 1.657.177/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 23/8/2017; e REsp 1.644.846/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 31/8/2017.

IV - No caso dos autos, confirmada, no Tribunal de origem, a sucumbência fixada na primeira instância, devem ser mantidos os critérios da legislação vigente à época da publicação da sentença, ou seja, o CPC/73.

V - Embargos de declaração acolhidos para corrigir erro material, com efeitos modificativos, para negar provimento ao recurso especial.

(EDcl no AgInt no REsp 1644923/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO

NO RECURSO ESPECIAL. FUNRURAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. MARCO TEMPORAL PARA INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS N. 2 E N. 3 DO STJ.

1. Não procede a alegada contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu, fundamentadamente, as questões essenciais à solução da controvérsia, concluindo que, a despeito da titularidade dos honorários advocatícios, o art. 21 do CPC/1973 permite o rateio da verba honorária quando configurada a sucumbência recíproca.

2. Nos termos da consolidada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, o art. 23 da Lei n. 8.906/1994 não revogou o art. 21 do CPC/1973, sendo possível a compensação dos honorários advocatícios fixados em regime de sucumbência recíproca, permitindo ao titular dos honorários a cobrança do saldo porventura existente.

3. Na espécie, observa-se dos autos que a sentença foi publicada antes do início da vigência do CPC/2015, o qual se deu na data de 18/3/2016, conforme o teor dos Enunciados Administrativos n. 2 e 3 desta Corte Superior. Desse modo, a pretensão do recorrente direcionada ao arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais nas regras do art. 85 do CPC/2015 não merece prosperar.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1428443/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 17/04/2018)

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. MAJORAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 83/STJ. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO.

1. Cuida-se de irresignação com a decisão do Tribunal de origem que entendeu que apenas os residentes dentro da faixa de zoneamento referente à Estação de Tratamento contam com o direito a indenização. Os recorrentes que, consoante as provas dos autos, moram fora do zoneamento ficaram inconformados por não ter sido configurado, quanto a eles, o dano moral.

2. O órgão julgador decidiu a questão após percuente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em Recurso Especial. Imiscuir-se na presente aferição encontraria óbice no édito 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

3. Com relação ao pleito de majoração dos danos morais, esclareça-se que o STJ só excepcionalmente admite a revisão do valor da indenização por dano moral "em caso de patente absurdo, quando se extrapole inteiramente do razoável, seja para mais ou para menos" (REsp 71.778-RJ, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, RSTJ 87/228). E tal não é a hipótese dos autos.

4. Assentou o Superior Tribunal de Justiça que "em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015" (REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016).

5. A hermenêutica ora propugnada pretende cristalizar a seguinte ideia: se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas as regras do vetusto diploma processual até a ocorrência do trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel CPC cingirão a situação concreta.

6. De fato, o próprio art. 14 do CPC/2015 aponta norma de direito intertemporal, com o escopo de proteger os atos praticados na vigência da codificação anterior: "Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada."

7. Em face dos contornos de direito material, não é possível sustentar-se a aplicação das novas regras de honorários recursais a partir de 18.3.2016, data em que entrou em vigor o novo CPC. De fato, a aplicação imediata do instituto, seguindo o princípio do isolamento dos atos processuais, revestirá a defendida natureza material com o capeirão da vertente processual, desconstruindo, como consequência cartesiana, toda a legislação, a jurisprudência e a doutrina, que reconheceram, após décadas de vicissitudes, o direito alimentar dos advogados à percepção de honorários.

8. No presente caso, a sentença foi publicada antes de 18.3.2016. Logo, aplica-se aos honorários sucumbenciais o CPC/1973.

9. Admite-se a compensação de honorários advocatícios, em consonância com o entendimento firmado no julgamento do REsp 963.528/PR (TEMA 195 do STJ), afetado à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, com base no procedimento da Lei 11.672/2008 e Resolução 8/2008 (Lei de Recursos repetitivos), segundo o qual "Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte".

10. Verifica-se que o Tribunal a quo decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

11. Recurso Especial de que parcialmente se conhece e, nessa parte, nega-se-lhe provimento.

(REsp 1672406/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 13/09/2017)

In casu, verifica-se que a primeira fixação dos honorários sucumbenciais ocorreu na sentença, publicada em 17/5/2016 (fl. 97) e, portanto, após o início da vigência do CPC/2015, a qual se deu na data de 18/3/2016, conforme o teor dos Enunciados Administrativos 2 e 3 do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem para que seja realizada a fixação dos honorários sucumbenciais nos termos do art. 85, § 3º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

